



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

### **Relatório**

#### **Visita de trabalho de uma delegação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias ao Centro de Estudos Judiciários**

Pelas 15 horas do dia 21 de Fevereiro de 2012, realizou-se no Centro de Estudos Judiciários (CEJ), sito no Largo do Limoeiro, em Lisboa, uma reunião de trabalho entre uma delegação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - composta pelo seu presidente, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), e pelas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Hugo Velosa, Carlos Peixoto, João Lobo, pelo PSD; Filipe Neto Brandão, Luís Pita Ameixa, Sérgio Sousa Pinto, Pedro Delgado Alves, Jorge Lacão e Elza Pais, pelo PS; Teresa Anjinho, pelo CDS/PP, e João Oliveira, pelo PCP – e um a delegação do CEJ – composta pelo seu diretor, Professor Dr. António Pedro Barbas Homem, pelos diretores adjuntos, Procuradora-geral Adjunta Maria Helena Fazenda e Juiz Desembargador Mário Serrano, e pelos coordenadores Desembargador Alexandre Baptista Coelho e Juiz de Direito Taborda Lopes.

A reunião foi aberta pelo Professor Dr. António Pedro Barbas Homem – que deu as boas-vindas à delegação e fez uma apresentação na qual deu conta dos cursos a decorrer no CEJ, da cooperação com os países de língua oficial portuguesa, da participação dos programas ad Rede de Formação Judiciária Europeia, do programa formação contínua, da formação à distância e dos eixos do programa de ação -, tendo o Senhor Presidente da Comissão, de seguida, usado da palavra para agradecer as boas-vindas, frisando igualmente a importância da visita, colocou algumas questões relacionadas com a necessária articulação entre o CEJ, a Ordem dos Advogados e os Conselhos Superiores, o tipo de formação específica para os magistrados do Ministério Público e o papel do CEJ na formação dos juízes no acesso aos tribunais superiores.

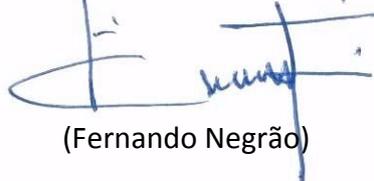
## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Os Senhores Deputados Sérgio Sousa Pinto (PS), Jorge Lacão (PS), Teresa Anjinho (CDS/PP), João Oliveira (PCP) e Hugo Velosa (PSD) intervieram no debate que se seguiu, fazendo comentários e colocando questões relacionadas com: o papel do CEJ num Estado de direito democrático; o modelo de formação, a seleção de formadores, a duração do período inicial de formação, a formação em exercício e a especialização; consequências para o CEJ do recrutamento excecional; a manutenção das vias académica e profissional; as regras de acesso aos tribunais superiores; a avaliação das alterações de 2008; e a cooperação com a CPLP.

O Senhor Diretor do CEJ prestou os esclarecimentos solicitados, designadamente acerca da colaboração, em ações concretas, com o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, e da presença de advogados nos júris do CEJ; bem como do diálogo com os Conselhos Superiores; da maior transparência ao recrutamento de docentes e formadores; da formação especializada no âmbito de matérias como recuperação de ativos, crime económico e financeiro e violência domestica; da dificuldade de compatibilizar o sistema da distribuição de processos com a especialização; do ensino à distância e da formação especializada para acesso aos tribunais superiores; do papel do MNE na formação dos juízes da CPLP e do projeto "o português jurídico internacional"; propôs ainda a reflexão acerca da redução da duração dos períodos de estágio e da manutenção das duas vias de acesso; finalmente, referiu-se à necessidade de a seleção de formadores obedecer a critérios pré-definidos

A reunião terminou às 16 horas e 50 minutos.

O Presidente da Comissão



(Fernando Negrão)